



10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



REFLEXÕES SOBRE A BIBLIOTECONOMIA ANTIRRACISTA NOS CURSOS DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Elisamara Gurgel Domingos de Carvalho, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), <https://orcid.org/0009-0000-1628-6202>, Brasil,
elisamara.carvalho@edu.unirio.br

**Ester da Silveira, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
<https://orcid.org/0009-0004-7980-274X>, Brasil, esterdasilveira@edu.unirio.br**

**Flávia Dutra Rodrigues, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
<https://orcid.org/0009-0006-2437-069X>, Brasil, flavia.ecm2@edu.unirio.br**

Mariana Acorse, Instituto Nacional de Câncer (INCA), <https://orcid.org/0000-0003-4293-3477>, Brasil, mariana.acorse@unesp.br

**Nathália Lima Romeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO),
<https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>, Brasil, romeironathalia@unirio.br**

Eixo: Tendências na Formação e Educação em Ciência da Informação (Biblioteconomia, Documentação, Arquivologia e Patrimônio)

1 Introdução

A Biblioteconomia transcende a mera organização e disponibilização de acervos físicos ou digitais, desempenhando um papel relevante na construção e disseminação do conhecimento. Essa função é fundamental para diversificar e incluir narrativas sociais, reconhecendo diferentes vozes e perspectivas em uma sociedade plural. Nessa linha de pensamento, reconhecemos que o papel da Biblioteconomia é intrínseco à promoção do acesso à informação, à promoção da cidadania e ao desenvolvimento intelectual da sociedade. No entanto, a história da área, assim como seus currículos e práticas, não está isenta das complexidades e desafios impostos pelas estruturas sociais vigentes. Isso levanta uma questão séria: a persistente relutância de cursos e pesquisas em Biblioteconomia,

especialmente no Rio de Janeiro, em incluir e valorizar literaturas e perspectivas relacionadas à temática étnico-racial. Essa lacuna não apenas reflete uma omissão crítica, mas também evidencia um fenômeno mais profundo e prejudicial conhecido como epistemicídio.

O epistemicídio, neste contexto, manifesta-se pela exclusão sistemática de conhecimentos, teorias e autores que não pertencem ou compactuam com a ótica eurocentrada, perpetuando uma visão de mundo hegemônica que por vezes limita a compreensão da diversidade cultural e intelectual. A ausência de representatividade e a marginalização de vozes negras nos currículos e práticas biblioteconômicas contribuem ativamente para esse fenômeno, conforme salientam Bell Hooks (2021) e Silva, Garcez e Silva (2022). Bell

hooks enfatiza que a mera inclusão do que a autora chama de "temas negros" ou menções superficiais a questões raciais não são suficientes para desconstruir as estruturas racistas; ao contrário, podem mascarar a perpetuação de preconceitos e do racismo. Para transformar esse cenário, hooks argumenta que é necessário consolidar entre a comunidade acadêmica um compromisso ativo e uma postura antirracista. Silva, Garcez e Silva (2022) complementam esse pensamento ao discutir como a ocultação dos saberes negros se manifesta no campo epistemológico e educacional da Biblioteconomia, identificando o epistemicídio como um fenômeno de subordinação e subalternização étnico-racial.

Para compreender a complexidade desse cenário, é fundamental distinguir conceitos interligados, mas com escopos e abordagens distintas. Com base nisso, considera-se que a professora e pesquisadora Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva (2023) foi pioneira ao introduzir o termo "Biblioteconomia Negra" no campo biblioteconômico-informacional, tal investimento se configura como um movimento crítico de viés afrocentrado, focando nas experiências e no protagonismo de profissionais negros na área. A autora considera que a Biblioteconomia Negra promove o reconhecimento e a valorização da contribuição de indivíduos negros para o campo. No entanto, o presente estudo visa ir além, pois se alinha à perspectiva da "Biblioteconomia Antirracista", um conceito mais abrangente também explorado no estudo de Garcês-da-Silva (2025). Diferente da Biblioteconomia Negra, que se concentra na agência de profissionais negros, a Biblioteconomia Antirracista dedica-se à denúncia, ao questionamento e ao combate ativo do racismo e do epistemicídio em todas as suas manifestações no campo da informação. Nesse sentido, seu propósito primordial é promover um conhecimento verdadeiramente inclusivo, que reconheça, valorize e dê visibilidade a todas as formas de saber, desconstruindo as hierarquias impostas por lógicas racistas.

A urgência dessa distinção e da adoção de uma postura antirracista é acentuada ao considerarmos o impacto do trauma racial, especialmente em ambientes acadêmicos. Como apontam Franciéle Garcês-da-Silva, Dirnéle Garcez, Nathália Romeiro, Priscila Fevrier e Ana Paula Alves (2023), o contexto universitário, incluindo a formação em Biblioteconomia, pode intensificar o trauma racial experenciado por estudantes e profissionais negros, manifestando-se em microagressões e exclusão, deixando estes estudantes e profissionais em um constante estado de alerta, uma vez que infelizmente as microagressões raciais correspondem a um sistema racista estrutural. Diante desse quadro, a criação e implementação de políticas e programas que assegurem o bem-estar emocional e a permanência desses indivíduos na universidade e nas organizações torna-se inadiável. A Biblioteconomia Antirracista, nesse sentido, não é apenas uma abordagem teórica, mas uma prática que busca criar ambientes mais seguros, equitativos e propícios ao desenvolvimento pleno de todos os indivíduos.

Nesse panorama, a Licenciatura em Biblioteconomia, curso oferecido apenas na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), se apresenta como um agente de mudança de grande potencial. Com a capacidade de difundir conhecimentos biblioteconômicos e promover uma educação antirracista ativa, o protagonismo do licenciado em Biblioteconomia se manifesta de diversas formas. Ao atuar nas salas de aula, esse profissional pode implementar práticas pedagógicas que desafiem as estruturas de desigualdade e preconceito enraizadas na sociedade. Ademais, por meio de uma abordagem crítica e reflexiva, licenciados em Biblioteconomia podem facilitar a construção de ambientes educacionais que valorizem a diversidade e respeitem as identidades dos alunos, promovendo, assim, uma cultura de inclusão.

Diante desse cenário e da necessidade urgente de transformação, surge o seguinte questionamento central que provoca esta

investigação: como os cursos de graduação em Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro estão atuando na construção de uma biblioteconomia antirracista? questão que também nos orienta a questionar de que forma o curso de licenciatura em Biblioteconomia pode estimular o engajamento dos estudantes e profissionais no desenvolvimento de uma Biblioteconomia Antirracista? Tais questionamento buscam explorar as possibilidades de formação e atuação que podem transformar as práticas acadêmicas e profissionais, contribuindo para a construção de um campo biblioteconômico mais equitativo.

Esta pesquisa assume como objetivo geral investigar a inserção da temática étnico-racial nos projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, visando propor ações que fortaleçam a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista. Para alcançar esse objetivo, delineiam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Contextualizar a importância da inclusão de estudos sobre as relações étnico-raciais na Biblioteconomia, enfatizando sua relevância para a formação de profissionais críticos e conscientes;
- b) Mapear os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro, a fim de verificar a presença ou ausência de literaturas étnico-raciais em seus currículos;
- c) Propor ações que fortaleçam a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, com o objetivo de promover práticas inclusivas e equitativas.

A justificativa para a realização deste estudo baseia-se na compreensão de que a ausência de epistemologias não-brancas nos currículos acadêmicos de Biblioteconomia não se trata de um mero descuido, mas de um fator que perpetua o fenômeno do epistemicídio em relação a esses saberes na área. A introdução e o fortalecimento de uma perspectiva antirracista na Biblioteconomia são, portanto, fundamentais para desmantelar essas

estruturas, possibilitando o enfrentamento do epistemicídio que permeia os estudos biblioteconômicos e as práticas profissionais. Além disso, este estudo busca contribuir para a formação de profissionais de Biblioteconomia que sejam mais conscientes, críticos e engajados na construção de uma sociedade epistemicamente justa. A adoção de uma abordagem antirracista é essencial para que os futuros bibliotecários possam atuar de forma proativa na desconstrução de preconceitos e na promoção de um ambiente educacional que valorize todas as identidades. Assim, este estudo se propõe a ser um passo significativo em direção a uma formação que priorize a justiça social e a equidade no campo da Biblioteconomia. Ao investigar a inserção de temas étnico-raciais nos currículos, pretende-se não apenas identificar lacunas, mas também fomentar práticas que garantam uma formação inclusiva e representativa, contribuindo para a construção de um campo biblioteconômico mais equitativo e diversificado.

2 Racismo Estrutural e Epistemicídio na Biblioteconomia

Compreender o racismo no Brasil exige coragem e um olhar atento para suas raízes estruturais e históricas. A escravidão, que fundamentou a sociedade brasileira, não se limitou a ser um sistema econômico; tornou-se um modelo de organização social que consolidou práticas de exclusão e hierarquização racial que ainda reverberam em nossos dias (Ribeiro, 2019). Desde sua introdução por volta de 1590, conforme apontado por Leite (2017), a escravidão no Brasil tem sido um fenômeno que impacta profundamente as relações sociais e raciais, moldando a sociedade de maneira estrutural e duradoura.

Wilkerson (2021) destaca que, historicamente, um grupo foi brutalmente excluído da humanidade e subjugado por gerações. Essa escravidão se estendeu por quatro séculos, durante os quais as pessoas negras foram submetidas a um sistema de desumanização.

Enfrentaram jornadas de trabalho exaustivas e a negação total de seus direitos, vivendo em um contexto de violência diária que resultou em milhares de mortes. As humilhações, subjugação e torturas deixaram marcas que vão além do corpo físico, manifestando-se como um trauma racial invisível e cruel.

O racismo também se sustenta por meio da linguagem. Ou seja, por meio de discursos que reforçam estereótipos e atribuem características negativas a determinados grupos raciais operando como instrumentos de dominação. Essa hierarquia social, que categoriza indivíduos com base em seu pertencimento étnico-racial, revela preconceitos entrincheirados e expõe as desigualdades estruturais enfrentadas por povos historicamente subalternizados. Complementar a isso, Wilkerson (2021) observa que, embora o termo "racismo" seja frequentemente utilizado para descrever as tensões vividas pela população negra, ele pode não abranger a complexidade dessas experiências. O racismo, na verdade, se manifesta como um sistema de castas supostamente invisível, sustentado pela falácia do mito da democracia racial, e está profundamente enraizado na sociedade. Esse sistema determina lugares fixos e hierarquizados para os negros, independentemente de sua classe social ou trajetória pessoal. Assim, constantemente observa-se que mesmo quando uma pessoa negra alcança ascensão econômica ou acadêmica, ela será constantemente avaliada pela cor de sua pele, como se sua posição social estivesse eternamente condicionada ao estigma racial historicamente imposto.

Moreira (2020) argumenta que, enquanto o senso comum muitas vezes percebe o racismo como um comportamento irracional de indivíduos isolados, especialistas evidenciam que ele está profundamente enraizado nas estruturas sociais e psíquicas das sociedades ocidentais. Essa manifestação do racismo se revela por meio de estereótipos raciais internalizados por uma parcela significativa da população, refletindo uma construção histórica

e cultural que perpetua desigualdades e preconceitos.

Ribeiro e Mendes (2023) afirmam que, mesmo após o acesso garantido por políticas afirmativas, estudantes negros enfrentam formas de violência que vão além do aspecto material e físico. A violência simbólica, em particular, impacta diretamente a permanência e a integração desses alunos nos espaços universitários, tornando a universidade um local excluente e hostil para aqueles que não se enquadram no perfil historicamente hegemônico. Essa realidade evidencia a necessidade de uma abordagem que desafie as estruturas raciais existentes e promova um ambiente acadêmico verdadeiramente inclusivo. Nas palavras de Moreira,

As associações da negritude com a escuridão, com a falta de caráter e com a degradação moral estruturam a atitude de desagrado que pessoas brancas sentem em relação a negros. A elas estão relacionadas fantasias que são utilizadas para a formação da personalidade dos indivíduos, como também parâmetros para a atribuição de sentido ao mundo. A presença hegemônica de pessoas brancas nas produções culturais molda a percepção do valor social dos grupos minoritários a partir dos traços dos membros desse grupo (Moreira, 2020, p. 48-49).

Essas violências reverberam no sofrimento psíquico dos estudantes negros, que frequentemente trazem consigo uma trajetória de vida marcada pela precariedade, resultante do racismo estrutural e histórico. Esse contexto desencadeia sintomas que comprometem a saúde mental e que também se refletem na saúde física (Guerra *et al.*, 2024). Esse sofrimento é denominado trauma racial, um tema que requer debate em diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo da Biblioteconomia, que é o foco central desta pesquisa.

A discussão sobre o trauma racial sublinha ainda mais a importância da Biblioteconomia Antirracista no âmbito educacional. O trauma racial se manifesta no corpo por meio de

sensações de medo, terror e impotência, impactando a construção de uma identidade marcada pela inferiorização e dificultando o raciocínio. Como salientado por Ribeiro (2024), “essa resposta traumática é uma herança que está ali há mais de uma geração”. Essa realidade evidencia a necessidade de profissionais adequadamente capacitados para promover um ensino antirracista.

Nos últimos anos, educadores comprometidos com uma abordagem crítica do ensino têm buscado novas formas de ensinar e aprender, evitando a reprodução de sistemas de dominação, como o imperialismo, o sexismo, o elitismo e o racismo. Essa abordagem, conhecida como “pedagogia da esperança”, fortalece a luta por justiça, mesmo diante das adversidades impostas pelos opressores. Além disso, a educação como prática de liberdade possibilita o enfrentamento da perda e a restauração do senso de conexão entre os indivíduos, promovendo uma educação que pode realmente transformar as diferentes realidades (Hooks, 2021).

Considerando o papel essencial das universidades na formação de profissionais, torna-se fundamental a inclusão de disciplinas que abordem questões étnico-raciais. Essa inclusão não apenas constrói um processo de identidade, mas também promove o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre diversidade e inclusão (Faben & Oliveira, 2022).

A partir das reflexões e análises teóricas previamente apresentadas, torna-se evidente que o debate sobre racismo no campo da Biblioteconomia é não apenas necessário, mas urgentíssimo. As universidades brasileiras, historicamente moldadas para servir a uma elite predominantemente branca, passaram por um importante marco de transformação com a implementação das políticas de cotas raciais e socioeconômicas. Esse processo resultou em uma pluralização significativa da presença estudantil nos espaços universitários, diversificando o corpo discente e, progressivamente, o corpo docente, uma vez que os editais de concurso têm incluído essas ações afirmativas.

Atualmente, a diversidade racial, étnica e social é visível nos corredores, nas salas de aula e nos grupos de pesquisa, uma vitória significativa proporcionada pelo Governo Federal através do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Contudo, essa mudança visível na composição do corpo discente não foi acompanhada por uma transformação profunda nas estruturas curriculares e epistemológicas da universidade. Apesar da diversidade aparente, o sistema educacional universitário ainda opera sob uma lógica eurocentrada, que privilegia saberes brancos, masculinos e hegemônicos, em detrimento das epistemologias negras, indígenas, periféricas, feministas e abolicionistas de gênero.

A produção científica e acadêmica ainda confere maior legitimidade e prestígio a autores considerados “eruditos” do início da Biblioteconomia, perpetuando a predominância de vozes brancas, muitas vezes vistas como o padrão universal. Esse cenário é um reflexo do epistemocídio histórico e sistemático descrito por Silva, Garcez e Silva (2022), que evidenciam como a ausência de epistemologias negras nos currículos universitários contribui para a perpetuação de um modelo de ensino excludente.

Embora as Diretrizes Curriculares Nacionais, em conformidade com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, determinem a obrigatoriedade da inclusão das temáticas da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os níveis de ensino, inclusive no ensino superior, essa exigência ainda enfrenta barreiras estruturais. Essas leis foram criadas para provocar uma ruptura institucional e “forçar” as universidades a se posicionarem frente ao racismo. O fato de ser necessário legislar sobre algo tão fundamental, como ensinar sobre a história e as contribuições de povos que constituem a base da sociedade brasileira, revela a urgência de instrumentos normativos que garantam que o racismo seja nomeado, debatido e enfrentado para sua erradicação nos espaços de ensino.

A investigação sobre o epistemocídio na formação de profissionais de Biblioteconomia,

assim como a construção de uma proposta teórica e prática para uma formação continuada que enfrente o racismo estrutural e epistêmico, exige uma análise das estruturas que sustentam a exclusão de epistemologias negras e de demais saberes subalternizados no campo acadêmico. Nesse sentido, Silva, Garcez e Silva (2022) abordam com profundidade como a ocultação dos saberes negros ocorre no campo epistemológico e educacional da Biblioteconomia, identificando o epistemicídio como um fenômeno de subordinação à dominação hegemônica. Embasadas em uma perspectiva crítica racial, as autoras destacam que o epistemicídio se configura como uma “morte de conhecimentos alternativos” (Silva, Garcez & Silva, 2022, p. 4), resultado de um processo histórico de imposição eurocêntrica que deslegitima os saberes dos povos originários, das comunidades negras e de outros grupos subalternizados.

Este quadro exige uma reflexão crítica e uma ação deliberada para reverter as desigualdades persistentes no campo da Biblioteconomia, promovendo uma educação que valorize e integre as diversas vozes e saberes que compõem a rica tapeçaria da sociedade brasileira.

O processo de exclusão e de reprodução de estruturas racistas é visível no ambiente universitário, que, segundo diversas autoras, não é neutro. Em vez disso, em diferentes lugares se reforça uma monocultura do saber na qual se marginaliza conhecimentos e experiências não hegemônicas. Complementando essa análise, a proposta teórica desenvolvida por Patin, Sebastian, Yeon, Bertolini e Grimm, conforme resgatada por Silva, Garcez e Silva (2022), delinea quatro categorias de injustiça epistêmica: testemunhal, hermenêutica, curricular e participativa. Essas categorias exemplificam como o epistemicídio se manifesta de maneira estrutural na formação de profissionais da Biblioteconomia. Complementarmente, as autoras denunciam o fenômeno do memoricídio, que se configura como uma estratégia colonial de apagamento das identidades africanas, e o confinamento de

acadêmicas negras ao papel de *outsiders-within*, conceito desenvolvido por Nicole A. Cooke e Vanessa L. Kitzie. Essas mulheres, apesar de estarem inseridas no espaço acadêmico, enfrentam o tokenismo e a deslegitimização de suas produções críticas sobre raça e justiça social. Isso reforça a urgência de novos paradigmas decoloniais e antirracistas na área.

No panorama atual, as relações assimétricas e o racismo estrutural também se manifestam na própria estrutura do campo científico. Bonfim (2022) discute como autores e autoras negras enfrentam barreiras significativas para a visibilização de suas produções acadêmicas, sendo frequentemente compelidos a recorrer às mídias sociais como estratégia alternativa para a circulação de seus saberes. Segundo o autor, esse processo de midiatização se torna fundamental diante das exigências de neutralidade nas pesquisas, da pressão para contribuir com o prestígio institucional e da desvalorização de temas racializados.

Essa análise evidencia que o apagamento epistemológico de pesquisadores e pesquisadoras negras não ocorre apenas no currículo, mas também nas formas tradicionais de avaliação e difusão da ciência. Para reverter essa situação, é necessário desenvolver novas métricas que incorporem perspectivas interseccionais, decoloniais e voltadas à justiça social. Assim, como já foi destacado anteriormente, há uma urgência em propostas educativas que desconstruam e confrontem o epistemicídio, reivindicando uma formação mais justa e comprometida com a diversidade epistêmica. Somente por meio de um compromisso genuíno com a diversidade epistêmica poderemos construir um ambiente educacional que enfrente as desigualdades históricas e contribua para a formação de profissionais conscientes e críticos, aptos a atuar em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

3 O enfrentamento ao Epistemicídio nas Universidades do Rio de Janeiro

No contexto das universidades públicas do Rio de Janeiro, observa-se que,

embora existam algumas disciplinas eletivas voltadas para bibliografias étnico-raciais e temas de diversidade, tais iniciativas são insuficientes para caracterizar essas instituições como antirracistas. Esse cenário revela que o engajamento com essas pautas permanece restrito a uma fração mínima do corpo docente, perpetuando a hegemonia epistêmica vigente. A manutenção dessas discussões em espaços marginalizados do currículo, como disciplinas optativas ou projetos isolados, evidencia o caráter superficial e fragmentado do compromisso institucional com a transformação estrutural.

Nesse panorama, destaca-se de maneira singular a disciplina Informação, Memória e Documento (IMD), oferecida como optativa no bacharelado e em outros cursos como museologia, arquivologia e licenciatura em Biblioteconomia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Essa disciplina é um espaço permanente, com oferta contínua em todos os semestres do curso de Biblioteconomia, visando sustentar uma abordagem crítica, antirracista e historicamente situada. Sua atuação representa uma resistência ativa à lógica institucional, mostrando que é possível articular teoria, prática e memória em uma proposta pedagógica verdadeiramente comprometida com a justiça social.

Entretanto, a permanência de uma disciplina com tal alcance formativo e político em uma posição periférica no currículo — restrita à condição de optativa e vinculada a um departamento que não é exclusivo da Biblioteconomia — revela tanto a incipiente quanto a negligência em promover uma reestruturação curricular antirracista. Isso ressalta a falta de comprometimento institucional em integrar efetivamente as questões étnico-raciais no cerne da formação acadêmica, limitando a potencialidade transformadora da educação superior.

Como argumenta Garcês-da-Silva (2025), é crucial distinguir entre representatividade e transformação estrutural. A proposta de incorporação da Biblioteconomia Negra como disciplina

obrigatória nos cursos de formação emerge como um passo estratégico e político rumo a essa transformação. Trata-se de mais do que simplesmente incluir novos conteúdos; é uma reestruturação curricular crítica que reconhece, valoriza e legitima saberes historicamente marginalizados.

Essa proposta visa à reparação epistêmica e ao reconhecimento da pluralidade de experiências e identidades presentes entre os estudantes. Também é um chamado à ação para que professores e gestores acadêmicos se sensibilizem, se autoavaliem e se comprometam com um processo contínuo de desconstrução de suas próprias formações e práticas. É necessário, sobretudo, abandonar a “zona de conforto” do modelo tradicional e abraçar a complexidade e a riqueza dos saberes produzidos por sujeitos historicamente excluídos.

Não haverá transformação real enquanto o epistemocídio for naturalizado dentro das estruturas acadêmicas. A resistência à mudança curricular, à aceitação de outras epistemologias e à problematização das relações raciais no ensino reflete diretamente a manutenção do status quo. Portanto, o enfrentamento ao racismo estrutural e à hegemonia epistêmica exige mais do que discursos; requer ações concretas, políticas institucionais comprometidas, formação docente antirracista e, sobretudo, uma escuta ativa às vozes negras e dissidentes da norma.

A proposta aqui defendida é, portanto, um chamado à responsabilidade coletiva. Estudantes, docentes e gestores acadêmicos devem se mobilizar para romper com lógicas excludentes e construir, de forma comprometida e contínua, uma Biblioteconomia que reconheça a legitimidade de todos os saberes, respeite a diversidade e promova a justiça social. Incorporar a Biblioteconomia Negra como disciplina obrigatória não é apenas um gesto político, mas uma resposta ética à urgência de formar profissionais capazes de atuar criticamente em uma sociedade marcada por desigualdades históricas.

Complementando essa discussão, Garcês-da-Silva (2025) oferece um aporte teórico fundamental ao definir e diferenciar os conceitos de Biblioteconomia Negra e Biblioteconomia Antirracista. A autora contribui para ampliar a compreensão sobre as lutas étnico-raciais no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, questionando o uso reducionista de marcos históricos, como a formação da primeira bibliotecária negra em 1993. Embora simbólicos, esses marcos não traduzem um comprometimento real com práticas e políticas antirracistas no âmbito acadêmico e profissional. Através de uma revisão crítica da literatura produzida no Brasil e na América Latina, Garcês-da-Silva defende a necessidade de construir conceitos e fundamentos teóricos próprios, capazes de responder às especificidades do contexto social brasileiro e às demandas históricas de justiça racial.

4 Desconstruindo o silencimento: por uma Biblioteconomia Antirracista

A proposta de enfrentamento ao cenário atual da Biblioteconomia passa, segundo Silva, Garcez e Silva (2022), por quatro estratégias fundamentais: (1) a afroperspectividade como eixo decolonial dos currículos; (2) a educação bibliotecária antirracista, decolonial e intercultural; (3) a atualização de profissionais com foco nas injustiças epistêmicas; e (4) a integração de mestres do saber ancestral-tradicional em experiências pedagógicas. Essas medidas visam reverter o apagamento estrutural e inserir de maneira crítica e propositiva os saberes negros no cerne da formação acadêmica.

De acordo com Garcês-da-Silva (2025), a Biblioteconomia Negra busca refletir sobre as vivências dos bibliotecários negros e as interseccionalidades presentes nas comunidades negras e afrodescendentes. Essa abordagem propõe metodologias, teorias e ferramentas da Biblioteconomia como instrumentos de resistência e insurgência, reconhecendo as memórias, cosmologias e narrativas desses grupos como legítimas. Assim, promove-se a visibilidade e a

valorização de suas experiências tanto no campo profissional quanto acadêmico.

Por outro lado, a Biblioteconomia Antirracista, como aponta Garcês-da-Silva (2025), é uma corrente teórico-crítica que se volta para o enfrentamento do racismo estrutural e institucional presente nas práticas pedagógicas, nos currículos acadêmicos e nas bibliotecas. Diferente da Biblioteconomia Negra, que se centra nas experiências e na agência dos profissionais negros, a Biblioteconomia Antirracista convoca todos os profissionais da área — independentemente de sua identidade racial — a assumirem a responsabilidade de combater o racismo e promover a diversidade epistêmica. Para Garcês-da-Silva, mais do que inserir conteúdos sobre diversidade nos currículos, essa perspectiva busca superar as injustiças testemunhais, hermenêuticas, curriculares e participativas que historicamente excluem saberes não eurocentrados e marginalizam grupos oprimidos. Assim, a Biblioteconomia Antirracista propõe estratégias para transformar as práticas pedagógicas e curriculares, pautando-as pela justiça social e pela reparação histórica.

Essas duas abordagens, conforme destaca Garcês-da-Silva (2025), não são excludentes; pelo contrário, podem se articular em uma Biblioteconomia Negra Antirracista. Essa articulação combina a centralidade das experiências negras com o engajamento coletivo necessário para transformar estruturalmente o campo da Biblioteconomia. Seus pilares incluem pesquisas científicas, legislações, diretrizes curriculares e práticas profissionais comprometidas com a reparação epistêmica e a promoção da justiça racial nos espaços de informação e formação.

Portanto, ao integrar as discussões sobre epistemocídio, Biblioteconomia Negra, Biblioteconomia Antirracista e racismo estrutural no campo científico, torna-se evidente a urgência de incorporar a Biblioteconomia Negra como eixo estruturante dos cursos no Rio de Janeiro. Essa integração não apenas confronta o currículo eurocentrado e excludente, mas também propõe a

valorização das vozes e saberes historicamente marginalizados. Assim, promove-se uma transformação crítica, antirracista e decolonial na formação de profissionais da Biblioteconomia, que é essencial para um futuro mais justo e inclusivo no campo da informação.

5 A Licenciatura em Biblioteconomia e o seu potencial protagonismo na implementação da Biblioteconomia Antirracista

No Brasil, existe apenas um curso de Licenciatura em Biblioteconomia, oferecido pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a proposta para o curso de Licenciatura em Biblioteconomia surgiu em 1986, com a intenção de integrá-lo ao curso de bacharelado. Em 1988, os cursos de licenciatura foram reformulados no Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH), resultando na criação de um curso independente. No entanto, essa iniciativa foi encerrada em 1991 devido à falta de docentes na área da educação, formando apenas uma turma (UNIRIO, 2009).

Após dezoito anos sem a oferta do curso, e em resposta a uma necessidade social, o Estado brasileiro implementou medidas para reformular a Licenciatura em Biblioteconomia. Isso ocorreu com respaldo na Lei 9.394/96 e como parte das estratégias do Governo Federal para democratizar o acesso ao ensino superior, especialmente para jovens de 18 a 24 anos. Essa reformulação também visava suprir a carência de profissionais qualificados no mercado de trabalho (UNIRIO, 2009).

Em 2010, as atividades do curso foram retomadas, com a abertura de quarenta vagas por semestre, apresentando uma matriz curricular sólida, abrangente e humanista, que reconhece a natureza bio-psíquico-social da formação. A carga horária totaliza 3.405 horas, direcionadas à preparação pedagógica (UNIRIO, 2009).

O PPC define o perfil do egresso como um profissional com formação ampla, capaz de atuar como catalisador do processo educativo em suas múltiplas dimensões, indo além da

mera transmissão de conteúdos. Esse profissional deve estar atento às implicações éticas e epistemológicas do processo educacional e demonstrar competência para integrar os campos da Biblioteconomia e da Educação. Espera-se que comprehenda saberes e práticas da área como parte de um processo contínuo, dinâmico e interdisciplinar. Além disso, deve desenvolver metodologias voltadas ao ensino de práticas biblioteconómicas, formando auxiliares técnicos para bibliotecas, centros de documentação, informação e memória. A valorização da pesquisa como princípio educativo e a capacidade de diagnosticar as necessidades dos estudantes da educação básica e do ensino médio são também aspectos importantes para planejar e implementar projetos educacionais inclusivos, interdisciplinares e contextualizados (UNIRIO, 2009).

A Licenciatura em Biblioteconomia possui um amplo campo de atuação e está em constante crescimento, sendo o magistério sua principal área de atuação. Os licenciados são habilitados a atuar de forma estratégica e crítica em diversos contextos, posicionando-se como mediadores culturais e educacionais na construção de práticas emancipadoras. Eles desempenham um papel essencial na formação de bibliotecários, considerando suas competências informacionais (Spudeit, 2014).

Ao considerar a formação continuada, é crucial que a educação antirracista não se limite ao cumprimento pontual de normas ou conteúdos, mas seja incorporada como um princípio ético-pedagógico ao longo de toda a carreira profissional. Licenciados que reconhecem a importância da Biblioteconomia Antirracista têm a capacidade de promover práticas educativas, curriculares e informacionais que valorizem a diversidade, enfrentem desigualdades históricas e contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa abordagem integrada não apenas enriquece o processo educativo, mas também fortalece o compromisso dos profissionais com a transformação social e a equidade.

6 Procedimentos Metodológicos

Trata-se de uma pesquisa teórico-reflexiva de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica, descritiva e documental. O objetivo central é compreender de que forma a Licenciatura em Biblioteconomia pode estimular o engajamento dos estudantes e profissionais no desenvolvimento de uma Biblioteconomia Antirracista, contribuindo para a implementação de estudos e o enfrentamento do racismo estrutural e epistêmico. Para tanto, os objetivos específicos incluem a análise de cursos de Biblioteconomia do Rio de Janeiro para verificar a presença de literaturas étnico-raciais em seus currículos e o apontamento de ações para fortalecer a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista no âmbito acadêmico e profissional.

A investigação baseia-se na análise de livros, legislações, artigos científicos e pesquisas disponíveis na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI). A coleta de dados foi realizada por meio de descritores como: "antirracista", "educação antirracista" e "licenciatura" combinados com os termos booleanos ("racismo" OR "antirracista" OR "negra"). Esses termos foram selecionados por abordarem diretamente questões relacionadas à decolonialidade, biblioteconomia antirracista, biblioteconomia negra, formação docente, práticas pedagógicas e abordagens curriculares voltadas para a promoção de uma educação antirracista.

Os procedimentos de análise se baseiam em uma investigação documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), compreendendo os cursos de graduação em Biblioteconomia ofertados por instituições de ensino superior (públicas e privadas) no Estado do Rio de Janeiro. Os sujeitos da pesquisa foram os documentos curriculares dessas instituições. A coleta de dados ocorreu por meio de pesquisa documental, utilizando como instrumentos de coleta os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) que continham as ementas, matrizes curriculares e bibliografias básicas disponibilizadas pelos sites institucionais. Quando a informação não estava prontamente acessível online, como no caso da Universidade

Federal Fluminense (UFF) e do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), os documentos foram obtidos mediante solicitação direta às coordenações dos respectivos cursos. Em contraste, para as instituições privadas, a obtenção dos PPCs nos sites foi inviável, sendo possível acessar apenas as matrizes curriculares.

Um entrave significativo na análise qualitativa da pesquisa documental foi a ausência de representatividade da temática étnico-racial no Tesauro da Ciência da Informação, o que ressalta a urgência de sua revisão para refletir a diversidade de conhecimentos. Para contornar essa limitação e garantir a amplitude da busca, a análise foi complementada por uma lista de termos extraída de fontes especializadas, incluindo: O "Glossário Antidiscriminatório, volume 3" (Minas Gerais, 2022); o artigo "Microtesauro da temática cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais" (Santos, 2022) e o "Glossário de Informação Étnico-Racial" (Souza & Albuquerque, 2021). Para identificar literaturas presentes ou ausentes nos PPCs, ementas, matrizes curriculares e bibliografias, foram utilizados os seguintes termos, analisando os títulos das disciplinas, ementas e bibliografias: "memória cultural", "memória social", "patrimônio cultural", "história e cultura afro-brasileira e indígena", "afrodescendência", "branquitude", "inclusão social", "letramento informacional", "resistência cultural", "protagonismo", "direitos humanos", "políticas culturais", entre outros. A presença desses termos, de forma direta ou transversal, permitiu identificar conteúdos relacionados às relações étnico-raciais.

7 Resultados e discussões

Os resultados obtidos a partir da análise documental dos cursos de Biblioteconomia oferecidos por instituições públicas e privadas no Estado do Rio de Janeiro focaram em identificar a presença de conteúdos relacionados às relações étnico-raciais na graduação. Essa análise levou em consideração a disponibilidade e a acessibilidade dos

Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), bem como a existência de disciplinas obrigatórias e optativas que abordem essa temática.

A exposição dos dados foi organizada para destacar os aspectos quantitativos e qualitativos da oferta curricular, diferenciando as características observadas nas instituições públicas e privadas. Elementos como a clareza das informações disponibilizadas nos portais institucionais, a frequência da oferta das disciplinas e a terminologia utilizada para identificar as temáticas étnico-raciais também foram considerados. Essa etapa da pesquisa permite uma reflexão sobre os compromissos institucionais com a formação crítica e antirracista dos futuros profissionais da Biblioteconomia, apontando tanto lacunas quanto potencialidades observadas nos documentos analisados.

A análise revelou um panorama diversificado quanto à inclusão da temática étnico-racial nos currículos, evidenciando diferenças notáveis entre as instituições públicas e privadas. Além disso, foram identificados desafios significativos na acessibilidade a informações curriculares detalhadas, o que pode limitar a capacidade dos estudantes de entenderem e se engajarem com esses conteúdos essenciais.

No âmbito das instituições públicas, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) se destacou pela clareza e acessibilidade das informações disponíveis em seu site institucional. O curso de Biblioteconomia da UFRJ possui um Projeto Pedagógico do Curso (PPC) completo, que inclui ementas, matriz curricular e bibliografia básica, todos acessíveis ao público. Esse curso contempla três disciplinas obrigatórias e seis optativas diretamente associadas à temática étnico-racial. A Universidade Federal Fluminense (UFF) também disponibiliza um PPC com matriz curricular. No entanto, o documento completo foi obtido apenas mediante solicitação à coordenação do curso, já que, no momento da pesquisa, não se encontrava disponível no site institucional, onde apenas a matriz curricular podia ser acessada. A UFF oferece três disciplinas optativas relacionadas à temática em sua grade curricular. Na Universidade

Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o curso de Licenciatura em Biblioteconomia conta com Projeto Pedagógico do Curso (PPC) com ementas e matriz curricular disponíveis para consulta. Esse curso apresenta um total de 11 disciplinas optativas que abordam a temática étnico-racial, embora nem todas sejam efetivamente ofertadas a cada semestre, o que limita as possibilidades de escolha dos discentes. Já o curso de Bacharelado da mesma instituição contempla nove disciplinas, sendo duas obrigatórias e sete optativas, todas com PPC com ementas e matriz curricular acessíveis. O Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), que oferece o curso de Biblioteconomia na modalidade a distância em parceria com a UFF e a UNIRIO, dispõe de duas disciplinas obrigatórias e duas optativas voltadas para a temática. Embora a matriz curricular estivesse disponível no site institucional, as ementas foram obtidas mediante solicitação à coordenação do curso, devido à inoperância do link correspondente no portal.

Em contraste com as instituições públicas, as instituições privadas não disponibilizam o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em seus sites, oferecendo apenas a matriz curricular. Contudo, observou-se uma maior clareza e objetividade na nomenclatura das disciplinas nessas instituições, que abordam de forma mais explícita a temática étnico-racial, ao contrário das instituições públicas, cujas denominações, em geral, são mais genéricas. Todos os dados das instituições privadas foram obtidos em seus respectivos sites institucionais. Dentre as instituições privadas analisadas, o Centro Universitário Uniabeu (UNIABEU) possui uma disciplina optativa voltada à temática étnico-racial. A Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO) oferece três disciplinas obrigatórias sobre o tema, e a Universidade Estácio de Sá (ESTÁCIO) apresenta quatro disciplinas obrigatórias em sua matriz curricular. Ressalta-se que a maioria dos cursos dessas instituições é ofertada na modalidade de ensino à distância.

8 Considerações Finais

Diante do cenário apresentado e da urgente necessidade de transformação, a presente pesquisa se propôs a investigar como os cursos de graduação em Biblioteconomia do Estado do Rio de Janeiro estão contribuindo para a construção de uma biblioteconomia antirracista. Além disso, buscou-se compreender de que maneira o curso de Licenciatura em Biblioteconomia pode estimular o engajamento de estudantes e profissionais nesse desenvolvimento.

Os objetivos gerais e específicos delineados foram atingidos, permitindo uma reflexão crítica sobre a inserção da temática étnico-racial nos Projetos Pedagógicos dos cursos analisados. A investigação revelou que as instituições públicas demonstram um esforço significativo na disponibilização de informações estruturais, como os Projetos Pedagógicos de Curso, e na oferta de disciplinas optativas com abordagens temáticas. Contudo, essas disciplinas, em muitos casos, não são oferecidas com regularidade, o que limita a efetivação de uma formação comprometida com as questões de raça e diversidade.

Por outro lado, embora as instituições privadas apresentem uma oferta quantitativamente menor e limitem o acesso a documentos pedagógicos, suas nomenclaturas curriculares tendem a ser mais diretas, o que contribui para a visibilidade das temáticas abordadas. A constatação de que o Tesouro da Ciência da Informação não contempla adequadamente os termos relacionados às relações étnico-raciais agrava essa situação, pois revela uma ausência de reconhecimento epistemológico das produções que dialogam com essas pautas. Isso compromete não apenas o mapeamento curricular, mas também a indexação, a pesquisa e a visibilidade das produções acadêmicas correlatas ao tema.

Diante da escassez de disciplinas obrigatórias e da inconstância na oferta de optativas, torna-se evidente a necessidade de consolidar uma abordagem antirracista por meio de ações

formativas contínuas. A educação continuada se apresenta como uma estratégia essencial para preencher lacunas na formação inicial, permitindo que os profissionais da informação atualizem suas práticas à luz de referenciais comprometidos com a equidade racial, o enfrentamento das desigualdades históricas e a valorização da diversidade cultural. Projetos de extensão, cursos livres, oficinas e outras modalidades de formação complementar devem ser incentivados e integrados aos currículos de forma mais orgânica.

Além disso, os espaços acadêmicos e associativos, como o GT 12 da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB) — que aborda temas como informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB) — e o Encontro Nacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas (ENBNA), realizado juntamente com o Encontro Internacional de Bibliotecárias (os) Negras (os) e Antirracistas (EIBNA), constituem instâncias fundamentais para o fortalecimento das práticas antirracistas. Essas iniciativas permitem que a formação profissional dialogue com as demandas sociais e atue com responsabilidade ética na construção de bibliotecas e espaços de informação mais inclusivos, diversos e justos.

Assim, a articulação entre formação inicial e educação continuada é indispensável para transformar os espaços biblioteconômicos em ambientes críticos e socialmente comprometidos, onde a temática étnico-racial não seja apenas uma adição curricular pontual, mas um eixo estruturante da prática profissional. Nesse contexto, é importante destacar que os licenciados têm o potencial de atuar ativamente na criação e condução de cursos livres, cursos de extensão, minicursos, oficinas, projetos de extensão e seminários, além de colaborar com processos formativos em empresas e outras instituições.

A Licenciatura em Biblioteconomia possui uma grande potência na construção de uma prática biblioteconómica e pedagógica antirracista. Sua natureza formativa permite aos

educadores promover espaços de debate, ensino e aprendizagem que abordem criticamente as relações de raça, classe e gênero, contribuindo para o enfrentamento do racismo, da desigualdade e do preconceito. Dessa forma, a Licenciatura em Biblioteconomia contribui diretamente para a aplicabilidade da Biblioteconomia Antirracista, ao formar profissionais com competências informacionais e pedagógicas capazes de transformar práticas biblioteconômicas, educacionais e curriculares.

Além disso, é fundamental reconhecer a relevância da Biblioteconomia Negra como uma vertente teórico-política que, embora distinta da Biblioteconomia Antirracista, se articula com ela na construção de práticas biblioteconômicas comprometidas com a justiça social e a reparação histórica. Ao valorizar a centralidade das experiências e das epistemologias negras, essa abordagem fortalece a construção de saberes situados e insurgentes no campo da informação.

Da mesma forma, deve-se destacar a importância da efetiva implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nos currículos. A presença dessas diretrizes legais evidencia que a luta por uma formação antirracista é também uma questão de política pública, cuja negligência compromete não apenas o direito à educação, mas também a construção de um projeto democrático e plural de sociedade. Incorporar essas dimensões contribui para que a Biblioteconomia supere sua tradição eurocentrada e se reoriente a partir de princípios ético-políticos que reconheçam, valorizem e legitimem a diversidade epistêmica.

6 Referências

Andrade, D. F. (2016). A construção da identidade do licenciado em biblioteconomia: análise sobre a formação, atuação e desafios. *Revista Brasileira de Educação em Ciência da*

Informação, 3(1).
<https://brapci.inf.br/v/72726>.

Bonfim, M. V. J. (2022, 20-22 de julho). Circuitos e circulação do conhecimento científico: assimetrias nos processos comunicacionais da produção científica de pesquisadores negros brasileiros [sessão da conferência]. Encontro Brasileiro De Bibliometria E Cientometria, Maceió, AL, Brasil.
<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/199539>.

Brasil. (2004). Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da Educação.
<https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/12/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>.

Estácio. (2025). Graduação em Biblioteconomia.
<Https://estacio.br/cursos/graduacao/biblioteconomia>

Faben, A., & Oliveira, D. S. (2022). A educação antirracista nos cursos de biblioteconomia no brasil: um panorama da região sudeste. *Revista brasileira de biblioteconomia e documentação*; 18(3). Disponível em:
<https://brapci.inf.br/v/229167>.

Fundação Cecierj. (2024). Matriz Curricular: curso de biblioteconomia: UFF e UNIRIO.
<https://www.cecierj.edu.br/wp-content/uploads/2024/12/Matriz-Biblioteconomia-UFF-UNIRIO.xlsx-Pagina1.pdf>

Garcês-da-Silva, F. C. (2023). Biblioteconomia Negra: das epistemologias negro-africanas a Teoria Crítica Racial. Malê.

Garcês-da-Silva, F. C. (2025). La línea tenue que une y separa: fundamentos teórico-conceptuales entre Bibliotecología Negra y Bibliotecología Antirracista. *Palabra Clave (La Plata)*, 14(2), e242.
<https://doi.org/10.24215/18539912e242>

Guerra, N. E. M. et al. (2024). O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto. *Ciência & Saúde Coletiva*, 29(3), 1–10.
<https://www.scielo.br/j/csc/a/Qf3DZqBwNqYcy9V3bZS5hKq/?lang=pt>.

Hooks, B. (2021). *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Elefante.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2014). *Tesouro da Ciência da*

- Informação.
<http://sitehistorico.ibict.br/publicacoes-e-institucionais/tesauro-brasileiro-de-ciencia-da-informacao-1>
- Leite, M. J. S. (2008). Tráfico Atlântico, escravidão e resistência no Brasil. *Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 1(1).
- Minas Gerais. Ministério Público. (2022). Glossário antidiscriminatório: v. 3: raça e etnia. ASSCOM.
- Moreira, A. (2020). Racismo recreativo. Jandaíra.
- Ribeiro, D. (2019). Pequeno manual antirracista. Companhia das Letras.
- Ribeiro, E. (2024). Os tesouros que deixamos pelo caminho. Planeta do Brasil.
- Ribeiro, W. S. & Mendes, M. T. (2023). Racismo estrutural e permanência de estudantes negras/os na universidade. *Educação em Debate*, 45(90), 1–23.
- Santos, D. F. (2022). Micro-tesauro na temática cultura afro-brasileira e relações étnico-raciais. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 14(39), 434–452.
<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1223>.
- Silva, F.C. G., Garcez, D. C. & Silva, R. A. (2022). Conhecimento das margens: da injustiça epistêmica à valorização do conhecimento negro em Biblioteconomia e Ciência da Informação. *Revista ACB*, 27(1), 1-19.
<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1885>.
- Silva, F. C. G., Garcez, D. C., Romeiro, N. L., Fevrier, P. R., & Alves, A. P. M. (2023, 6-10 de novembro). Microagressões e trauma racial no ensino bibliotecário: uma análise via escala de microagressões raciais no ensino em biblioteconomia. Encontro nacional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação, Aracaju, SE, Brasil. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258509>.
- Sousa, M. A., & Albuquerque, M. E. B. C. (2020). Editora UFPB.
<https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/178>
- Spudeit, D. (2014). Licenciatura em Biblioteconomia: uma nova profissão vem aí.
<https://crb6.org.br/materias/licenciatura-em-biblioteconomia-uma-nova-profissao-que-vem-ai/>.
- Uniabeu ead. (2025). Bacharel ead: Biblioteconomia.
<https://uniabeuead.com.br/curso/bacharel-ead-em-biblioteconomia/>
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2009). Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Biblioteconomia. UNIRIO.
<https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoPedaggicodoCursodeLicenciaturaemBiblioteconom.pdf>.
- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Biblioteconomia. UNIRIO.
<https://www.unirio.br/prograd/ppc-dos-cursos-de-graduacao/ProjetoBiblioteconomiaBach.pdf>
- Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2020). Projeto Pedagógico do curso Biblioteconomia e gestão de unidades de informação.
https://depbiblio.facc.ufrj.br/_files/ugd/58f63_6_71aed41ad2324e2eafacba57b9c8c9c1.pdf
- Universidade Federal Fluminense. (2025). Matriz curricular biblioteconomia UFF.
<https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>
- Universo. (2021). Fluxograma curso: Biblioteconomia. https://universo.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/209AN-Grade_Biblioteconomia.pdf
- Wilkerson, I. (2021). Casta: as origens de nosso mal-estar. Zahar.